

Kissinger, Delfim e os estudantes

O ex-secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, que jantou ontem com o ministro Leitão de Abreu, está colhendo no Brasil as primeiras reações qualificadas à política ultimamente empregada pelos Estados Unidos. É tão forte a modificação nos pontos cardeais daquela política que o Delfim Netto que ontem discordou de Kissinger pouco tem a ver com o Delfim Netto que comandou o milagre brasileiro do início dos anos setenta.

Não mudou o Natal, tampouco modificou-se na essência o pensamento do ministro-chefe da Seplan. Mas os governos dos países centrais e industrializados adotaram como procedimento básico repassar o custo adicional do preço do petróleo aos países do Terceiro Mundo. Por isto, além da recessão, adotaram política fortemente protecionista. Os norte-americanos agiram e continuam agindo neste sentido.

Através desta ótica as críticas dirigidas por Delfim Netto a Kissinger são plenas de significado. Ele assinalou que os países em desenvolvimento participam apenas com 6 por cento do comércio mundial. «Se as nações ricas permitissem que este volume de comércio atingisse sete por cento o aumento já tornaria possível o ajuste de suas economias à nova ordem econômica internacional» disse o ministro do Planejamento. Estas mesmas palavras, com diferença talvez de ênfase, seriam consideradas extremamente contestatórias no início dos anos setenta.

A crise econômica internacional, entre outros efeitos, teve este: o de transformar economistas ortodoxos, como o Sr. Delfim Netto em inesperados críticos da nova ordem que os países industrializados tentam implantar. As alianças automáticas articuladas há dez anos, hoje pertencem à poeira da história e de nada valem. O sonho de que o mundo industrializado transferiria para os subdesenvolvidos tecnologia e know-how também acabou. E, neste país onde as notícias chegam atrasadas, a visita de Kissinger reveste-se desta característica: mostra o anacronismo de quem dentro do país ainda espera o Godot da ajuda internacional.

Os estudantes da UnB estão excitados com a visita do ex-secretário de Estado de Richard Nixon. Manifestações estão previstas contra sua permanência no campus universitário, mas todas as ações estudantis têm o sentido de condenar o passado do convidado de hoje, além de abrangerem questões de economia interna da universidade. Eis aí outra distinção importante para quem se lembrar da missão Rockefeller no governo Costa e Silva. Este foi recebido também com inquietações populares e estudantis, mas a ação do norte-americano era, naquela época, prospectiva: acontecem mais ou menos naquele período, os primeiros arrancos do milagre.

Rockefeller foi recebido com todas as homenagens pelo governo brasileiro da época. Entre os ministros do presidente Costa e Silva estava um jovem economista originário de São Paulo que se havia notabilizado pelo conhecimento do mercado de café. Seu nome: Delfim Netto. É curioso que o Delfim Netto de então seja o mesmo de hoje, temperado pelo tempo de leitura curtido em Paris, quando exerceu o cargo de embaixador no período Geisel. As voltas que a história dá resultam, por vezes, em grandes ironias e esta é uma delas: estudantes e o ministro do Planejamento têm razões para estar no mesmo barco — ambos condenam a política externa das grandes potências.

É claro que uns e outros têm motivos específicos (para explicitar suas divergências com a figura de Tio Sam encarnada no avantajado professor Kissinger. Mas emerge desta súbita e absolutamente inesperada coalizão a certeza de que os projetos estratégicos do governo falharam como falhou a capacidade de os economistas pensarem na atualidade da economia internacional. Na realidade, a hipótese de industrialização rápida, da importação de capital para obtenção de vantagens com as exportações de produtos beneficiados cada vez mais transforma-se numa incômoda miragem.

Delfim Netto defende, enfaticamente, o redirecionamento do desenvolvimento nacional «pois não podemos fazer a produção voltar aos mesmos níveis de antigamente». Isto significa que os brasileiros estão condenados, pela nova ordem econômica, a crescer menos, ter menos poder de compra e a perder substância na disputa pelo mercado internacional. A qualificação do desenvolvimento é um estágio político, que une a racionalidade econômica aos desejos da sociedade salpicados pela realidade econômica internacional. De tudo isto resta uma única conclusão: os brasileiros devem aos norte-americanos este enorme favor — as mais variadas correntes de pensamento nacional condenam a política econômica praticada por Washington.